

JOÃO CARLOS SOUTO

Procurador da Fazenda Nacional. Mestre em Direito Público.

Membro do Instituto dos Advogados da Bahia.

Professor de Direito Constitucional. Diretor de Publicações e Relações Internacionais da ESPGFN (2003-2005). Realizou estudos sobre o Direito Constitucional norte-americano na University of Delaware (1995) e na Harvard Law School (1998).

A União Federal em Juízo

Editora Lumen Juris

2006

354:347.9(81)
S728u
3.ed.



Sumário

Nota à 3ª edição	xxi
Nota à 2ª edição - União ou União Federal?	xxiii
Introdução	xxvii
Capítulo I - União Federal	1
1. Aspectos Constitucionais	1
2. Forma de Estado	1
2:1. Estado unitário	1
2:2. Estado federal	3
2.2.1. Conceito e surgimento	3
2.3. O Estado federal no Brasil	6
2.4. A União	12
2.5. Indissolubilidade do laço federativo	15
3. Forma de Governo	19
3.1. A república	19
Capítulo II - Representação em Juízo	21
1. O Estado e a Lide	21
1.1 <i>Due process of law</i>	24
1.2. <i>Jus postulandi</i>	24
2. O Ministério Público	27
2.1. Surgimento e evolução	27
2.2. Tratamento constitucional	30
2.2:1. As Constituições de 1891 e 1934	30
2.2.2. As Constituições de 1937e 1946	32
2.2.3. As Constituições de 1967 e 1969	33
2.2.4. O Ministério Público na atual Constituição	34
2.2.5. O Conselho Nacional do Ministério Público	35
2.3. A exceção	36
3. A Transição	38
4. A Advocacia-Geral da União	39
4.1. Considerações gerais	39
4.2. Competência	43
4.3. Autonomia institucional	44
5. O Advogado-Geral da União na Constituição Federal de 1988	47
5.1. Nomeação. Requisitos	47

354:347.9(81)
S728u
3.ed.



5.2. Cidadão	48
5.3. Idade mínima	49
5.4. Notável saber jurídico e reputação ilibada	51
5.5. Foro especial - crime de responsabilidade	53
5.6. Crime comum	55
5.7. Posição na ação direta de inconstitucionalidade	58
5.7.1. Sugestão de emenda constitucional	65
Capítulo III - Estrutura da Advocacia-Geral da União	69
1. A Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União	69
1.1. Considerações gerais	69
1.2. O projeto de lei	74
1.3. Composição da Advocacia-Geral da União	76
1.3.1. Órgãos de direção superior	77
1.3.2. Órgãos de execução	78
2. O Advogado-Geral da União	79
2.1. Atividade administrativa	81
2.2. Atividade consultiva	82
2.3. Atividade judicial	83
2.4. Interprete das leis	85
2.5. Auxiliares diretos	88
3. Procuradoria-Geral da União	89
3.1. Procuradorias Regionais	92
3.2. Procuradorias da União nos Estados e no Distrito Federal	95
3.3. Procuradorias Seccionais da União	96
4. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	98
4.1. Considerações gerais	98
4.2. Competência	100
4.3. Representação judicial	101
4.3.1. Questões tributárias	101
4.3.2. Questões da natureza não tributária e o alcance da expressão "causas de natureza fiscal"	107
4.4. Novas atribuições judiciais	113
4.4.1. Créditos do FGTS e custas não pagas	113
4.4.2. Execução da pena de multa	114
4.5. Representação extrajudicial	121
4.5.1. A atividade de consultoria	121
4.6. Procurador-geral da Fazenda Nacional	124
4.7. Procuradoria Regional - Procuradoria da Fazenda nos Estados	126
4.8. Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional	127

354:347.9(81)
S728u
3.ed.



5. Corregedoria-Geral	127
5.1. Tipos de correição	128
6. Conselho Superior da Advocacia-Geral da União	130
7. Consultoria-Geral da União e Consultorias Jurídicas	133
8. Coordenação-Geral de Assuntos Internacionais (Anteprojeto de Decreto Presidencial)	135
8.1. A inconstitucionalidade do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica do Ministério da Justiça	141
9. Órgãos Vinculados	143
9.1. Considerações gerais	143
9.2. Da orientação normativa e supervisão técnica do advogado-geral	145
9.3. Do pedido de intervenção da União	147
9.4. Ausência de advogado ou impedimento de integrante do órgão jurídico. Conseqüências	153
10. As Carreiras da Advocacia-Geral da União	154
10.1. Considerações gerais	154
10.2. Carreira típica de Estado	156
10.2.1. Considerações gerais	156
10.2.2. Subsídios	158
10.2.3. Avaliação periódica de desempenho e demissão por "excesso de despesa"	161
10.3. Direitos e garantias	165
10.4. Sujeição ao Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil	166
10.4.1. Jornada de trabalho e sucumbência	170
 Capítulo IV - A União Federal como Parte Processual	 175
1. Generalidades	175
2. A União Autora	176
2.1. Órgão de defesa e natureza da ação	176
2.2. A seção judiciária competente	177
2.3. Recolhimento de custas	179
2.4. Isenção de custas perante os Cartórios de "Registros"	182
2.5. Desnecessidade do instrumento procuratório	183
2.6. Intimação a União	186
2.6.1. Considerações gerais	186
2.6.2. Intimação pessoal dos representantes da União	188
2.7. Rescisória	190
2.7.1. Prazo para a resposta da Fazenda Pública	194
2.7.2. Depósito prévio	195
2.7.3. Multa: imposição ou conversão	196

354:347.9(81)
S728u
3.ed.



2.7.4. Tribunal legislador	197
3. A União Parte Ré	198
3.1. Representação judicial de servidores públicos	201
3.2. Lei de Assistência Judiciária	203
3.3. Revelia	204
3.3.1. Pluralidade de réus	205
3.4. Direitos indisponíveis	208
3.4.1. Jurisprudência	208
3.4.2. Doutrina	211
4. Da Análise da Força Executória	213
5. A Revelia no Processo Trabalhista e a Questão dos Denominados "Privilégios Processuais" da Fazenda Pública	214
6. Ações Relativas ao "Salário-Educação"	222
7. Representação Judicial da União perante o STF	226
8. Prescrição	230
 Capítulo V - Foro Competente da União	 239
1. Considerações Gerais	239
2. O Estado Irresponsável	240
3. O Judicial <i>Review</i>	240
4. O Controle Judicial no Brasil	241
5. Foro Especial	245
6. Os Critérios Determinativos da Competência	247
7. A Justiça Federal	248
7.1. Evolução histórica	248
7.1.1. O Decreto n. 510 e a Constituição de 1891	249
7.1.2. As Constituições de 1934 e –1937	251
7.1.3. A Constituição de 1946	253
7.1.4. As Constituições de 1967 e 1969	254
7.1.5. A Constituição de 1988	254
8. Competência da Justiça Federal	255
8.1. Espécie absoluta	257
8.1.1. Conseqüências da incompetência absoluta	260
8.2. Deslocamento da competência	262
9. O Processo na Vara Federal	263
 Capítulo VI - Duplo Grau de Jurisdição	 267
1. Considerações Gerais	267
2. O Reexame Necessário	268
2.1. Período anterior a 1973	268
3. O Código de Processo Civil Atual	269

354:347.9(81)
S728u
3.ed.



3.1. O duplo grau e o principio da igualdade	270
4. Transitio em Julgado	271
5. Prazo para Remessa Obrigatória	273
5.1. <i>Reformatio in pejus</i>	274
6. Duplo Grau nas Ações Rescisórias	275
7. As Autarquias	277
Capitulo VII - Execução contra a União Federal	281
1. Considerações Gerais	281
2. Ação Executiva Fundada em Titulo Extrajudicial	282
2.1. A tese oposta	286
3. Apreciação das Duas Correntes	288
4. Embargos	292
4.1. Prazo para embargar	292
5. Precatório	296
5.1. Precatório de credito alimentício	300
5.2. Atualização do precatório	307
5.2.1. Conferencia do precatório	309
5.3. Descumprimento do precatório	316
Capitulo VIII - As Autarquias de Regime Especial	319
1. Agendas Reguladoras (ANATEL, ANEEL e ANP)	319
Capitulo IX - Mandado de Segurança	331
1. Posição da Pessoa Jurídica de Direito Publico	331
1.1. Considerações gerais	331
1.2. A autoridade coatora	333
1.3. O ônus pelo descumprimento da liminar e o duplo grau obrigatório	334
1.4. Legitimidade para recorrer	337
1.5. Considerações finais	340
Capitulo X - Antecipação da Tutela contra a Fazenda Pública	343
1. Considerações Gerais	343
2. Antecipação, Medida Cautelar e Mandado de Segurança	344
3. A Antecipação e o Interesse Publico	347
4. Antecipação da Tutela e Duplo Grau Obrigatório	349
5. Antecipação da Tutela e a Determinação Constitucional do Precatório	358
6. A Lei n. 8.952/94 e o Principio da Razoabilidade	360
Bibliografia	363

354:347.9(81)
S728u
3.ed.

